



Acompanhamento da implementação do roadmap TCFD/FSB pelo setor bancário brasileiro

Referente ao progresso em 2020

Realização

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

Amaury Oliva

*Diretor de Sustentabilidade, Cidadania Financeira,
Relações com o Consumidor e Autorregulação*

Beatriz Stuart Secaf

Gerente de Sustentabilidade

Thaís Naves Tannús

Assessora de Sustentabilidade

Organização responsável pelo estudo

SITAWI Finanças do Bem

Gustavo Pimentel

Diretor

Guilherme Teixeira

Gerente

Mariana Tanaka

Consultora

Rafaela Viana Dos Santos

Pesquisadora

Agradecimentos

Comissão Setorial de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da FEBRABAN (CRSS)

Grupo de Trabalho de Clima e Economia Verde da FEBRABAN:

ABC Brasil, Banco Cooperativo Do Brasil - Bancoob, Banco Cooperativo Sicredi, Banco de Brasília, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Safra, Banco Votorantim, Banrisul, BNP Paribas, Bradesco, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, China Construction Bank, Citibank, Itaú Unibanco, Rabobank, Santander e Tribranco.

Sumário

1. Introdução	4
2. Progresso das ações no nível da FEBRABAN	8
3. Progresso das ações no nível dos bancos	16
3.1. Resultados gerais.....	16
3.2. Detalhamento do progresso nas ações propostas pelo <i>Roadmap</i>	18
4. Atualização da agenda TCFD no setor financeiro nacional e internacional	31
4.1. Avanços da NGFS	31
4.2. TCFD <i>Status Report</i> 2020	32
4.3. Agenda BC# Sustentabilidade	34
4.4. Avanços regulatórios e de <i>frameworks</i> voluntários.....	35
Anexo 1 – Roadmap recomendado aos bancos	41
Anexo 2 – Recomendações e divulgações recomendadas	42



1. Introdução

Desde 2018, a FEBRABAN trabalha em uma iniciativa para implementar no setor bancário brasileiro as Recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), lançadas em 2017 pelo Financial Stability Board (FSB)¹.

Esta iniciativa, realizada com a participação de um grupo de trabalho integrado em 2020 por 14 bancos² e o apoio técnico da SITAWI Finanças do Bem, tem compartilhado conhecimento, métodos e ferramentas desenhadas de acordo com o contexto nacional para ampliar a disponibilidade e qualidade de informações financeiras relacionadas às mudanças climáticas.

Todas as ações construídas coletivamente com os bancos seguem o Roadmap³ divulgado em 2019 pela FEBRABAN para apoiar o setor na trajetória de alinhamento à TCFD. O Roadmap também apresentou recomendações a serem implementadas individualmente pelos bancos (conforme Anexo 1).

Ainda em 2019, a FEBRABAN realizou algumas ações-chave da implementação das Recomendações da TCFD no país, como a elaboração da “Régua de Sensibilidade ao Risco Climático” e a “Ferramenta de correlação de *frameworks* de reporte com as Recomendações TCFD”. Treinamentos sobre a TCFD para equipes técnicas dos bancos também foram realizados. Este trabalho foi reconhecido pela própria Força Tarefa como um dos cases de progresso na implementação das Recomendações⁴.

¹ Recommendations of the Task-Force on Climate-related Financial Disclosures (Junho, 2017). Disponível em: <https://www.fsb-tcfd.org/wp-content/uploads/2017/06/FINAL-2017-TCFD-Report-11052018.pdf>

² Bancos participantes em 2020: ABC Brasil, Banco do Brasil, Bradesco, Banco Cooperativo Scredi, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Votorantim, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, CCB Brasil, Citibank, Itaú Unibanco, Rabobank, Santander e Tribranco.

³ Recomendações da TCFD/FSB sobre divulgação de informações financeiras relacionadas às mudanças climáticas. Uma análise no contexto do setor bancário brasileiro e propostas de ação (FEBRABAN, 2018). Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Roadmap%20FEBRABAN%20para%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20da%20TCFD-FSB%20-%20FINAL.pdf>

⁴ A menção à FEBRABAN pode ser lida no documento “Task Force on Climate-related Financial Disclosures: 2019 Status Report”, disponível em: <https://www.fsb.org/wp-content/uploads/P291020-1.pdf>



Dando continuidade a este trabalho e coletando os aprendizados do ano anterior, a FEBRABAN desenvolveu em 2020 as seguintes ações, também com o apoio da SITAWI:

- I. Elaborou o Guia de Mensuração e Reporte das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), tanto as geradas pelas atividades administrativas dos bancos como as emissões financiadas. Neste Guia, foram avaliadas as práticas de bancos nacionais e apresentadas metodologias internacionais de mensuração;
- II. Revisou a classificação das atividades econômicas da Taxonomia Verde da FEBRABAN sob a ótica socioambiental e climática, com a inclusão de referenciais internacionais e de linhas de financiamento federais consideradas sustentáveis, para análise complementar da carteira rural/agroindustrial e de energia renovável;
- III. Realizou webinars abertos nos quais foram discutidos o avanço do sistema bancário em direção à uma economia mais resiliente e apresentados os objetivos e as metodologias utilizadas na nova Taxonomia Verde da FEBRABAN⁵;
- IV. Ofereceu quatro capacitações sobre os riscos e oportunidades das mudanças climáticas no setor financeiro, em especial para os setores agropecuário, de energia e de mineração;
- V. Levou especialistas para apresentarem soluções para análise do risco climático no GT Clima e Economia Verde, a partir da Curadoria de ferramentas restritas e abertas, e atualizou o Guia de ferramentas da FEBRABAN.

A ação de “Desenvolvimento de cenários climáticos “tropicalizados” para análises de cenários nacionais, prevista no Roadmap e iniciada em 2020, se prolongará até o primeiro trimestre de 2021. Esta ação demanda uma longa duração por conta do desafio em disponibilizar novas base de dados para o Brasil. O mesmo ocorre com o desenvolvimento da Régua de Sensibilidade da Carteira Agro, que permitirá identificar o nível de sensibilidade ao risco climático neste setor para os clientes (Pessoa Física e Pessoa Jurídica). Por fim, o diálogo mais estruturado com associações empresariais não foi priorizado em 2020, já que demandava envolvimento também de outros setores, porém será retomado oportunamente.

⁵ A gravação do webinar “Rumo a um sistema bancário mais verde: a experiência brasileira” está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_HkJgLWMhhs. Enquanto que a gravação do webinar de apresentação da consulta pública sobre Taxonomia Verde está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hguVkTM2V9Y>.



Figura 1: Trajetória de progresso TCFD no Setor Bancário



Elaboração Própria

Em 2021, as ações continuarão seguindo um processo de aperfeiçoamento contínuo do Roadmap, atualizado para contemplar as lições aprendidas nos anos anteriores.

Tal como o Relatório de Progresso 2020⁶, referente ao ano de 2019, o objetivo deste relatório é atualizar quanto à implementação das Recomendações da TCFD pelo setor bancário no Brasil, identificando aprendizados e novos caminhos para a continuidade do trabalho, a partir das seguintes informações:

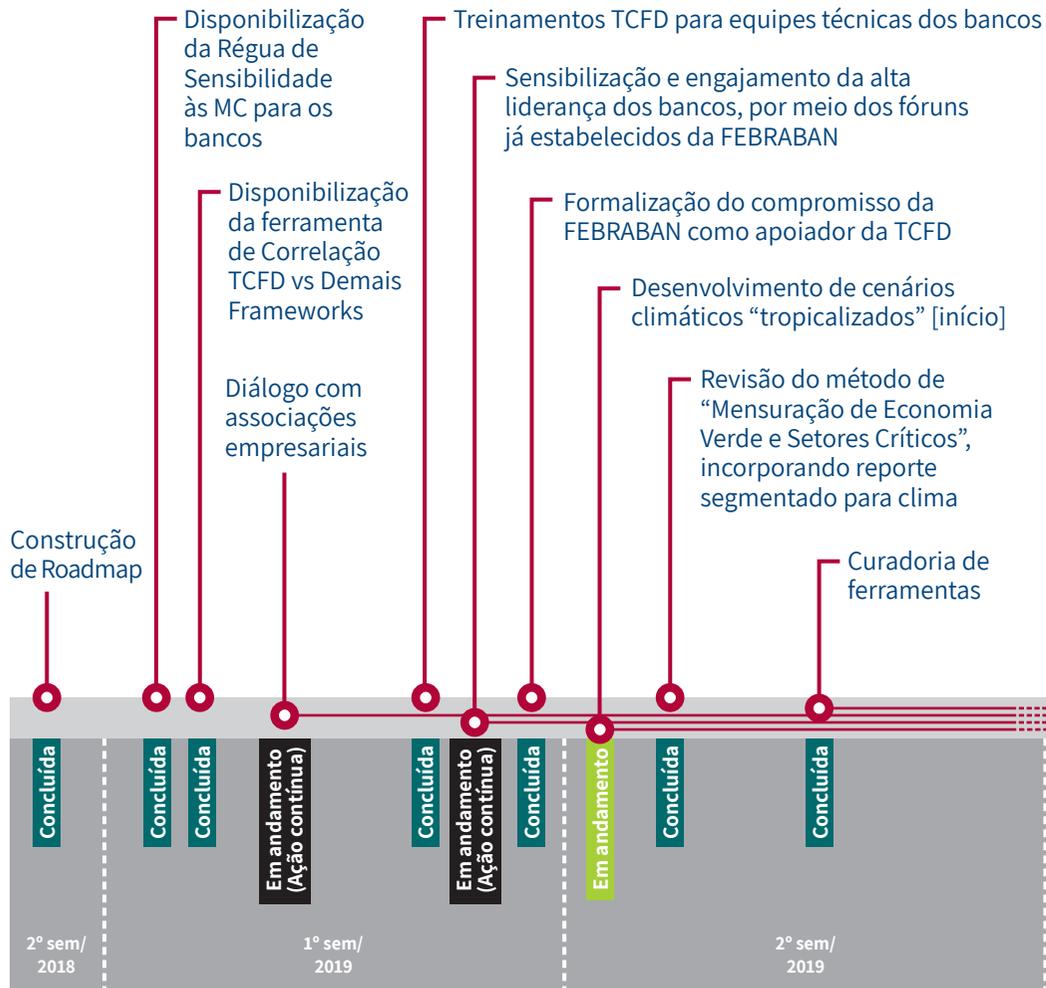
- I. Prestação de contas das ações realizadas no nível da FEBRABAN, implementadas de acordo com o que foi estabelecido no Roadmap e considerando aperfeiçoamentos a partir das lições aprendidas desde então;
- II. Resumo das ações realizadas individualmente pelos bancos brasileiros e reportadas à FEBRABAN;
- III. Compartilhamento da agenda TCFD no setor financeiro internacional, a fim de atualizar referências a serem utilizadas no contexto nacional.

⁶ Acompanhamento da implementação do Roadmap TCFD/FSB pelo setor bancário brasileiro. Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Acompanhamento%20Roadmap.pdf>

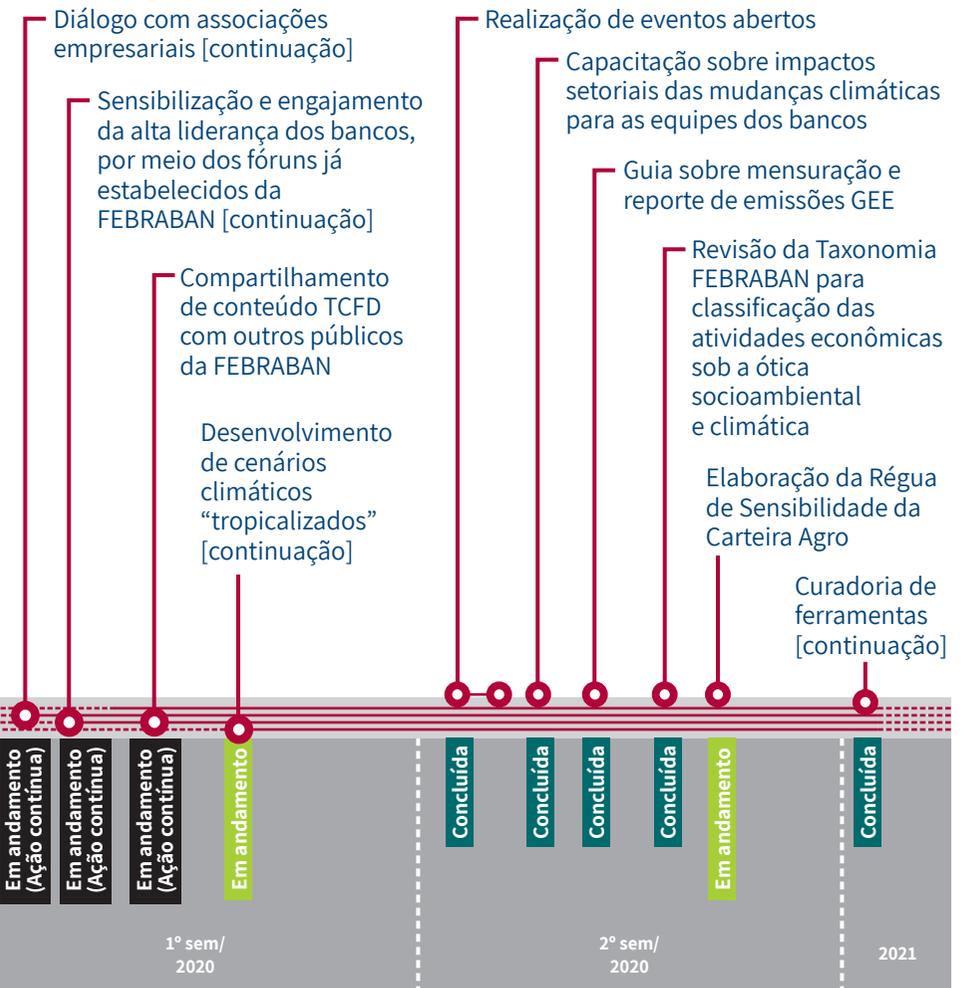


Plano de ação para a FEBRABAN

ONDA 1



ONDA 2



Este plano de ação vem sendo revisado a cada ano, para avaliar necessidades/oportunidades de ajuste.



2. Progresso das ações no nível da FEBRABAN

Para facilitar o avanço da gestão de riscos e oportunidades climáticas, o Roadmap da FEBRABAN previu uma série de medidas a serem realizadas pela própria Federação em um contexto setorial, com objetivo de gerar maior eficiência nos esforços necessários.

A seguir, é apresentado o acompanhamento da implementação de cada ação prevista para 2020, indicando o progresso alcançado. Ações concluídas em 2019 podem ser acessadas no relatório daquele ano.

I. Guia sobre mensuração e reporte de emissões GEE

Descrição	Uma das Recomendações da TCFD versa sobre a divulgação das emissões de GEE causadas pelas atividades do banco (ex: consumo de eletricidade e viagens de funcionários) e de sua carteira (emissões financiadas). Apesar das práticas de mensuração e reporte das emissões de GEE das atividades já estarem bem disseminadas para o setor, ainda não há harmonização sobre como fazer o mesmo para as emissões financiadas. Por isso, em 2020 foi elaborado este Guia, que traz um panorama sobre as emissões desses gases do setor bancário brasileiro, metodologias e boas práticas de mensuração de emissões financiadas, como também as dificuldades e recomendações para sua implementação.
Progresso	2020 <ul style="list-style-type: none">• Levantamento de práticas internacionais de mensuração de emissões financiadas;• Reuniões com a Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF) para o compartilhamento de sua nova metodologia;• Avaliação das práticas de mensuração de emissões realizadas pelos bancos brasileiros;• Realização de entrevistas com bancos pioneiros em mensuração de emissões financiadas no Brasil;• Elaboração do guia sobre mensuração de emissões de GEE no setor bancário.
Status	Concluída



II. Capacitação sobre impactos setoriais das mudanças climáticas para as equipes dos bancos

Descrição	<p>Uma das mensagens decorrentes da realização de Treinamentos TCFD, em 2019, foi a existência de uma lacuna de entendimento mais profundo sobre os impactos das mudanças climáticas sobre os setores financiados no país – tanto em riscos como em oportunidades.</p> <p>Por isso, foram realizadas capacitações com as diversas equipes (Sustentabilidade, Risco Socioambiental, Riscos, <i>Compliance</i>, Crédito, Produto, etc.) dos bancos, a respeito do impacto das mudanças climáticas em três setores específicos, as transmissões dos seus riscos físicos e de transição aos bancos, as estratégias de mitigação e as oportunidades para os bancos. Além disso, um treinamento introdutório ao tema foi executado para normalizar os conceitos básicos do assunto entre os participantes.</p>
Progresso	2020 <ul style="list-style-type: none">• Definição dos setores priorizados: Agropecuária; Energia (incluindo Utilidades Elétricas e Óleo & Gás); e Mineração e Metalurgia;• Preparação de materiais de apoio aos treinamentos para consulta futura pelos bancos;• Capacitação remota de 16 horas a equipes técnicas dos bancos em “Integração de aspectos climáticos em riscos e oportunidades bancários”. Houve exercícios práticos para engajamento dos participantes, contando com a presença de 20 bancos e mais de 130 participantes. Os treinamentos fazem parte da formação em sustentabilidade oferecida pela FEBRABAN aos associados.
Status	Concluída



III. Revisão da Taxonomia Verde da FEBRABAN para classificação das atividades econômicas sob a ótica socioambiental e climática

Descrição	<p>Em 2019, a realização da revisão do método da FEBRABAN para mensuração de recursos intermediados pelo setor bancário no Brasil, incorporou a identificação de atividades com maior exposição aos riscos climáticos e gerou desdobramentos para o ano seguinte.</p> <p>Ademais, a temática sobre taxonomia verde adquiriu relevância mundial, como demonstrado pelo lançamento de diversas publicações como a taxonomia da União Europeia, o Guia de desenvolvimento de taxonomia verde do Banco Mundial e as taxonomias setoriais da Climate Bonds Initiative. Desta forma, a FEBRABAN realizou, em 2020, a revisão da classificação das 1.331 subclasses de CNAEs⁷ nas modalidades de interesse, agregando novas referências internacionais na metodologia e acrescentando linhas de financiamento verdes para os setores de agricultura e energia. Esta atividade compõe este relatório pela existência de uma categoria específica para “Exposição às Mudanças Climáticas”, mesmo não contemplada no Roadmap originalmente.</p>
Progresso	2019 <ul style="list-style-type: none">• Decisão de que a mensuração de recursos intermediados pelo setor bancário no Brasil incorporaria o recorte climático em 2020, identificando os fluxos financeiros direcionados aos setores com maior exposição às mudanças climáticas;• Análise consolidada de cada divisão CNAE, considerando a categoria “Exposição às Mudanças Climáticas”;• Conversas realizadas com IPEA e IBGE / Receita Federal sobre o tema para possível revisão de CNAEs.

⁷ Classificação Nacional das Atividades Econômicas é o instrumento de padronização nacional dos códigos de atividade econômica oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pela Administração Pública no Brasil.



Progresso	2020	<ul style="list-style-type: none"> Definição dos objetivos e usos das três modalidades da Taxonomia FEBRABAN: “Economia Verde”, “Exposição às mudanças climáticas” e “Exposição ao risco ambiental” (antiga “Atividades potencialmente causadoras de impactos ambientais significativos”); Revisão da Taxonomia incorporando referências internacionais, como a Taxonomia da União Europeia, os Climate Bonds Standards e os Social Bond Principles. E inclusão de linhas de financiamento federais de agricultura sustentável e energia renovável; Apresentação da Taxonomia em webinar, com mais de 150 participantes, e realização de consulta pública⁸ aberta e também direcionada a instituições-chave da academia, setor financeiro, governo, sociedade civil, organismos multilaterais, setor empresarial e órgãos reguladores; Elaboração de Guia da Taxonomia Verde da FEBRABAN, explicando a metodologia utilizada, limitações identificadas e resultados da revisão.
	Status	Concluída

IV. Realização de eventos abertos

Descrição	Dando continuidade às atividades desenvolvidas em 2019, que permitiram aos bancos associados conhecerem mais sobre a TCFD, e em linha com o compromisso da FEBRABAN em disseminar este tema, eventos abertos foram realizados remotamente.	
Progresso	2020	<ul style="list-style-type: none"> Realização da 58^a edição do Café com Sustentabilidade, com o tema “Rumo a um sistema bancário mais verde: a experiência brasileira” pela FEBRABAN, Banco Central do Brasil e Bank of International Settlements. Evento foi realizado em outubro e abordou o papel do setor bancário no desenvolvimento de uma economia mais resiliente a partir da experiência Brasileira, tanto do ponto de vista regulatório como voluntário⁹.
Status	Concluída	

⁸ A gravação do webinar de apresentação da consulta pública sobre Taxonomia Verde está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hguVktM2V9Y>

⁹ A gravação do webinar “Rumo a um sistema bancário mais verde: a experiência brasileira” está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_HkJgLWMhhs. Caderno especial da edição disponível em: <https://cafecom sustentabilidade.febraban.org.br/edicoes/edicao-58/>.



V. Curadoria de ferramentas restritas e abertas que forneçam inputs para análise de risco climático dos clientes/projetos

Descrição	<p>Há diversas ferramentas (gratuitas e restritas) capazes de fornecer dados sobre (i) qualidade da gestão do risco climático em grandes empresas e (ii) fatores de risco climático locacional, de forma que os bancos possam coletá-los de maneira sistematizada. A curadoria de um conjunto de ferramentas prioritárias visa auxiliar os bancos na análise de riscos climáticos da concessão crédito.</p>	
Progresso	2019	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento de mais de 30 ferramentas abertas (uso liberado) e restritas (dependente de assinatura e/ou compra); • Consulta ao GT Florestal sobre ferramentas levantadas.
	2020	<ul style="list-style-type: none"> • Priorização de ferramentas a serem apresentadas e discutidas com os bancos do GT Clima e Economia Verde da FEBRABAN; • Lançamento do Guia de Ferramentas, disponível na página da FEBRABAN¹⁰; • Apresentação das funcionalidades das seguintes ferramentas pelas organizações responsáveis: GVCes (AdaptaClima), WRI (<i>Global Forest Watch e Aqueduct - Water Risk Atlas</i>), Bloomberg (<i>Bloomberg Maps</i>), WWF (<i>Water Risk Filter</i>) e Banco Mundial (<i>Atlas Digital de Desastres no Brasil e Relatório de Danos Materiais e Prejuízos Decorrentes de Desastres Naturais no Brasil</i>).
Status	Concluída	

¹⁰ Guia de ferramentas abertas e restritas
Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Riscos%20climaticos.pdf>



VI. Elaboração da Régua de Sensibilidade da Carteira Agro às Mudanças Climáticas

Descrição		<p>A Régua de Sensibilidade¹¹ elaborada em 2018 vem sendo utilizada por diversos bancos como ferramenta de priorização de ações e monitoramento periódico da sensibilidade de suas carteiras de crédito corporativo ao risco climático.</p> <p>A sua aplicação permitiu a identificação da necessidade de desenvolvimento de uma régua específica e própria para o setor agro. Isso foi feito para endereçar as especificidades da relevância do risco climático entre diferentes culturas dentro do setor agrícola e pelo fato desta carteira incluir diversos clientes pessoa física.</p> <p>A aplicação desta Régua de Sensibilidade Agro será feita por meio de um piloto com participação dos bancos do GT Clima e Economia Verde.</p>
Progresso	2020	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de necessidades: entrevistas e coleta de sugestões com os bancos participantes do GT Clima e Economia Verde; • Elaboração da Régua de Sensibilidade para o Setor Agro e do Guia para aplicação da Régua, para realização de piloto.
Status		Em andamento

VII. Desenvolvimento de cenários climáticos “tropicalizados” para análises de cenários nacionais

Descrição	<p>Uma das conclusões da primeira fase do Piloto da TCFD realizado pela UNEP-FI foi a de que requerimentos de capital compatíveis com o risco climático variam de acordo com condições regulatórias e de mercado locais, nacionais e globais. Adicionalmente, os bancos brasileiros participantes do Grupo de Trabalho desta fase (Bradesco e Itaú) também sinalizaram a necessidade de haver variáveis com granularidade nacional e local para alimentar análises de cenários climáticos que sejam úteis no contexto nacional.</p> <p>Nesse sentido, identificou-se a necessidade de se avançar em uma “tropicalização” deste trabalho, ou seja, uma construção de cenários adaptados às características dos riscos físicos e de transição do Brasil, a fim de que os bancos tenham informações mais alinhadas para a realização de análises de cenários climáticos próprios.</p>
------------------	--

¹¹ Régua de Sensibilidade ao Risco Climático e Guia orientador para uso dos bancos



Progresso	2019	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de iniciativas e atores já atuantes na análise de cenários climáticos e na construção de bases de dados de impactos das mudanças climáticas em nível local no Brasil; • Pré-seleção de algumas organizações responsáveis por estas iniciativas.
	2020	<ul style="list-style-type: none"> • Definição dos três setores prioritários: Agropecuária; Geração de energia elétrica; e Óleo & Gás; • Contratação de organizações para o desenvolvimento de cenários climáticos para os setores: Way Carbon, para riscos físicos, e COPPE/UFRJ, para risco de transição; • Projeto em desenvolvimento pelas organizações contratadas, sob o acompanhamento da FEBRABAN e SITAWI, terá resultados divulgados em 2021.
Status	Em andamento	

VIII. Compartilhamento de conteúdo TCFD com outros públicos da FEBRABAN

Descrição	<p>A TCFD recomenda que diferentes áreas das instituições financeiras estejam envolvidas para efetiva implementação das Recomendações. Para expandir o conhecimento e sensibilização acerca das Recomendações no setor bancário nacional, foram realizados diálogos com outros grupos da FEBRABAN.</p>	
Progresso	2020	<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo com o GT Florestal, para discutir questões relacionadas à revisão da Taxonomia FEBRABAN; • Diálogo com a Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos, com relação aos cenários climáticos tropicalizados.
Status	Em andamento (Ação contínua)	



IX. Diálogo com associações empresariais (CEBDS e associações de setores críticos), com apresentação dos resultados do projeto

Descrição	Diálogo com associações para apresentar engajamento do setor bancário no tema e construção de agenda colaborativa com associações-chave, considerando que: (i) o sucesso da implementação das Recomendações TCFD pelos bancos depende do acesso às informações climáticas das empresas; (ii) as agendas das associações são um meio de influenciar a movimentação de setores.
Progresso	2020 <ul style="list-style-type: none">• Reuniões com CEBDS e alguns de seus associados.
Status	Em andamento (Ação contínua)

Atualização do **NORMATIVO SARB 014/14**¹²

O Conselho de Autorregulação da FEBRABAN aprovou, em dezembro de 2020, a revisão dos compromissos de autorregulação voltadas à gestão dos riscos socioambientais nas instituições financeiras, por meio da atualização de seu normativo SARB 14/2014.

O normativo passou a incorporar, dentre outros, requisitos para gerenciamento e reporte dos riscos e oportunidades das mudanças climáticas nos negócios das instituições, em linha com as recomendações da TCFD. As instituições signatárias terão até junho de 2021 para se adequarem aos novos requisitos socioambientais.

¹² [http://cms.autorregulacaobancaria.com.br/Arquivos/documentos/PDF/Normativo%20SARB%20014%20-%20alterada%20pela%20Deliberacao%20031%20-%20sem%20marcas\(1\).pdf](http://cms.autorregulacaobancaria.com.br/Arquivos/documentos/PDF/Normativo%20SARB%20014%20-%20alterada%20pela%20Deliberacao%20031%20-%20sem%20marcas(1).pdf)



3. Progresso das ações no nível dos bancos

O Roadmap proposto pela FEBRABAN também definiu ações a serem realizadas pelos bancos para efetiva implementação das Recomendações da TCFD/FSB no setor bancário brasileiro. Cada ação proposta está relacionada às Divulgações Recomendadas (*Recommended Disclosures*) pela TCFD, composto por quatro pilares: Governança, Estratégia, Gestão de Riscos e Métricas e Metas (Anexo 2).

3.1. Resultados gerais

Assim como no ano anterior, para acompanhar a implementação de cada ação, foi solicitado reporte do progresso de suas ações aos bancos integrantes do GT Clima e Economia Verde. A partir da avaliação dos 10 bancos respondentes – dois a mais do que em 2019 - chega-se à síntese apresentada na Figura 1.

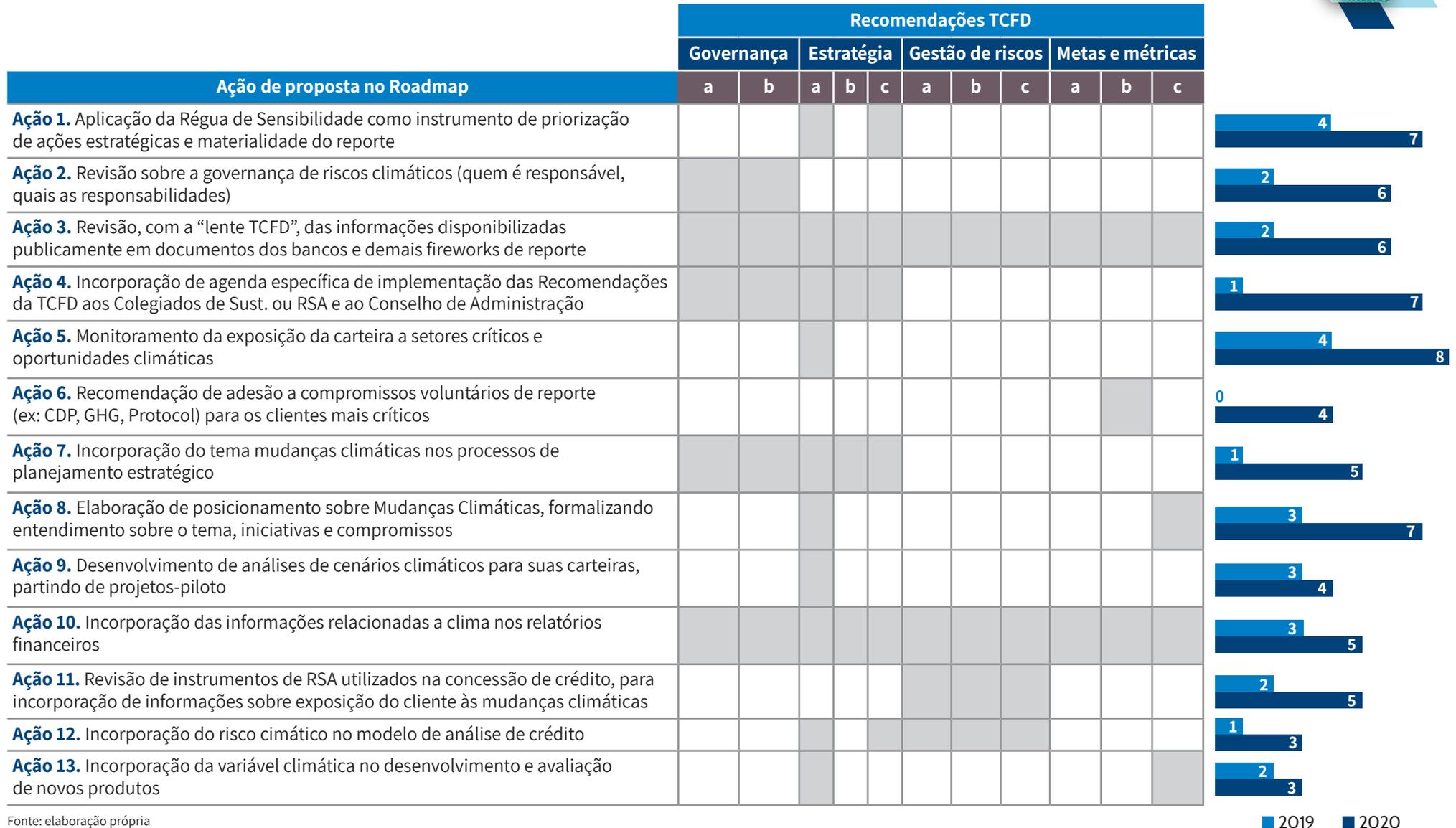
O resultado da pesquisa demonstrou no somatório total, um aumento de 130% de ações em desenvolvimento pelos bancos em 2020, em relação a 2019. Todas as ações também tiveram um aumento no número de bancos envolvidos, e mais da metade contaram com pelo menos 50% dos bancos engajados. Este aumento na participação dos bancos demonstra o reconhecimento e preocupação do setor no que diz respeito às questões climáticas, dado que oferecem riscos e oportunidades a estas instituições.

As principais lacunas no número de bancos participantes estão nas ações de “Incorporação do risco climático no modelo de análise de crédito” e em “Incorporação da variável climática no desenvolvimento e avaliação de novos produtos”.

Ademais, cada ação proposta aos bancos está em nível diferente de desenvolvimento, sendo este detalhamento apresentado na próxima seção.



Figura 2 - quantidade de bancos desenvolvendo as ações do roadmap e suas correlações com as recomendações da TCFD



Fonte: elaboração própria



3.2. Detalhamento do progresso nas ações propostas pelo Roadmap

Nesta seção é apresentada a descrição de cada uma das ações, exemplos do progresso alcançado por alguns bancos e recomendações para que sigam avançando.

1. Aplicação da Régua de Sensibilidade como instrumento de priorização de ações estratégicas e materialidade do reporte

Em 2020, os bancos continuaram com a progressiva utilização da Régua de Sensibilidade desenvolvida pela FEBRABAN em 2019, principalmente em suas camadas 1 e 2.

<p>Descrição</p>	<p>A FEBRABAN desenvolveu uma Régua de Sensibilidade ao Risco Climático com base nos princípios da Resolução CMN 4327/2014 de Relevância e Proporcionalidade. O objetivo de disponibilizá-la aos bancos é ser uma ferramenta para: (i) priorização de ações de estratégia e gerenciamento de risco climático; e (ii) avaliação da materialidade das Divulgações Recomendadas, dada a sensibilidade da carteira de cada instituição.</p>				
<p>Progresso</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="336 1196 448 1632"> <p>2019</p> </td> <td data-bbox="448 1196 1436 1632"> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação da Régua de modo a fornecer insumos para futuros aperfeiçoamentos; • Identificação de limitações internas dos bancos para avaliar a sensibilidade de sua carteira, especialmente para as Camadas 2 e 3 da Régua; • Compartilhamento de resultados com o Comitê de Riscos; • Uso da Régua na prática de gestão de riscos, como: incorporação do risco climático ao monitoramento da carteira; priorização setorial para iniciativas de análise de cenários; resposta à demanda regulatória de órgão regulador no Reino Unido a respeito da gestão de riscos climáticos. </td> </tr> <tr> <td data-bbox="336 1632 448 2029"> <p>2020</p> </td> <td data-bbox="448 1632 1436 2029"> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação da Régua de sensibilidade, até a camada 2, tem sido útil na priorização de ações setoriais e na avaliação de grandes empresas; • A Régua foi compartilhada em Comitês e áreas internas dos bancos, com monitoramento periódico da sensibilidade da carteira ao risco climático, inclusive com a definição de metas para limitar a exposição aos setores críticos; • Implementação de melhorias internas para a obtenção de dados que possibilitem a aplicação da camada 3; • Utilização de metodologia, com algumas adaptações, para a realização de estudos internos no setor Agro. </td> </tr> </table>	<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação da Régua de modo a fornecer insumos para futuros aperfeiçoamentos; • Identificação de limitações internas dos bancos para avaliar a sensibilidade de sua carteira, especialmente para as Camadas 2 e 3 da Régua; • Compartilhamento de resultados com o Comitê de Riscos; • Uso da Régua na prática de gestão de riscos, como: incorporação do risco climático ao monitoramento da carteira; priorização setorial para iniciativas de análise de cenários; resposta à demanda regulatória de órgão regulador no Reino Unido a respeito da gestão de riscos climáticos. 	<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação da Régua de sensibilidade, até a camada 2, tem sido útil na priorização de ações setoriais e na avaliação de grandes empresas; • A Régua foi compartilhada em Comitês e áreas internas dos bancos, com monitoramento periódico da sensibilidade da carteira ao risco climático, inclusive com a definição de metas para limitar a exposição aos setores críticos; • Implementação de melhorias internas para a obtenção de dados que possibilitem a aplicação da camada 3; • Utilização de metodologia, com algumas adaptações, para a realização de estudos internos no setor Agro.
<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação da Régua de modo a fornecer insumos para futuros aperfeiçoamentos; • Identificação de limitações internas dos bancos para avaliar a sensibilidade de sua carteira, especialmente para as Camadas 2 e 3 da Régua; • Compartilhamento de resultados com o Comitê de Riscos; • Uso da Régua na prática de gestão de riscos, como: incorporação do risco climático ao monitoramento da carteira; priorização setorial para iniciativas de análise de cenários; resposta à demanda regulatória de órgão regulador no Reino Unido a respeito da gestão de riscos climáticos. 				
<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação da Régua de sensibilidade, até a camada 2, tem sido útil na priorização de ações setoriais e na avaliação de grandes empresas; • A Régua foi compartilhada em Comitês e áreas internas dos bancos, com monitoramento periódico da sensibilidade da carteira ao risco climático, inclusive com a definição de metas para limitar a exposição aos setores críticos; • Implementação de melhorias internas para a obtenção de dados que possibilitem a aplicação da camada 3; • Utilização de metodologia, com algumas adaptações, para a realização de estudos internos no setor Agro. 				



Mensagens para avanço

- Espera-se que os bancos evoluam suas estruturas de dados e processos para aplicar a camada 2 e 3 da Régua, que possuem um maior nível de detalhamento e sofisticação;
- Mais bancos podem replicar a experiência de seus pares, monitorando resultados da Régua em Comitês;
- Bancos poderão aplicar a nova Régua de Sensibilidade específica para o Agro.

2. Revisão sobre a governança de riscos climáticos (quem é responsável, quais as responsabilidades)

Os bancos avançaram na definição de responsáveis e formalização de políticas contemplando a questão de mudanças climáticas.

Descrição	Atendendo à Res. CMN 4327, os bancos já têm uma governança estabelecida para gestão de riscos socioambientais. É necessário que os bancos revisem se/quais destas instâncias têm responsabilidade sobre riscos climáticos. A partir disso, os bancos devem revisar seus instrumentos de reporte (ex: website, relatório anual, PRSA) para divulgar a governança em linha com as Recomendações da TCFD.	
Progresso	2019	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão sobre responsabilidades em relação aos riscos climáticos foi levada por dois bancos ao Comitê de Riscos e Conselho de Administração; • Diálogo liderado pela área de risco socioambiental com outros departamentos (ex: Sustentabilidade e Jurídico).
	2020	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de sponsors na alta liderança e instâncias responsáveis pela gestão de riscos climáticos por três bancos, incorporados à estrutura existente (ex: Comitês de Risco Socioambiental, ESG ou Sustentabilidade); • Criação de estrutura específica (ex: coordenação, unidade de risco climático) para avaliar e acompanhar a exposição ao risco climático; • Elaboração de política específica para risco climático ou integração da temática nas Políticas de Sustentabilidade e/ou Risco Socioambiental.
Mensagens para avanço	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação sobre responsáveis designados e seus papéis, em linha com a Recomendação de Governança da TCFD. 	



3. Revisão, com “a lente TCFD”, das informações disponibilizadas publicamente em documentos dos bancos e demais frameworks de reporte

Os bancos indicam parcialmente em seus relatórios as suas ações alinhadas à TCFD. Com a nova agenda de sustentabilidade do Banco Central (Agenda BC# Sustentabilidade – vide capítulo 4) e atualização no normativo socioambiental da Autorregulação FEBRABAN, a necessidade de reporte alinhado à TCFD só aumenta e é esperado um progresso maior nesse sentido nos próximos anos.

<p>Descrição</p>	<p>Alguns bancos disponibilizavam anteriormente uma série de informações sobre sua gestão de riscos e oportunidades climáticas em documentos próprios (ex: websites, Relatórios anuais/sustentabilidade, Relatórios de Gestão de Riscos, Formulários de Referência, 20-F, PRSA, Política Socioambiental) e nas respostas disponibilizadas para terceiros (ex: Questionário CDP, Questionário ISE B3). Este conteúdo deve ser revisado para identificar quais informações já atendem às Recomendações TCFD, quais precisam ser revisadas e o que é necessário adicionar.</p>				
<p>Progresso</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="335 1153 446 1332"> <p>2019</p> </td> <td data-bbox="446 1153 1436 1332"> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão de documentos disponibilizados publicamente por bancos, de modo a identificar o atual “grau de implementação” da TCFD; • Reporte em relatórios anuais sobre o esforço interno para implementação da TCFD, em linhas gerais. </td> </tr> <tr> <td data-bbox="335 1332 446 1552"> <p>2020</p> </td> <td data-bbox="446 1332 1436 1552"> <ul style="list-style-type: none"> • Compromisso público assumido por três bancos para implementar as Recomendações da TCFD, e revisão da aderência do banco a estas recomendações; • Reporte parcial de informações relacionadas ao clima por seis bancos, em seus relatórios anuais ou de sustentabilidade. </td> </tr> </table>	<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão de documentos disponibilizados publicamente por bancos, de modo a identificar o atual “grau de implementação” da TCFD; • Reporte em relatórios anuais sobre o esforço interno para implementação da TCFD, em linhas gerais. 	<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso público assumido por três bancos para implementar as Recomendações da TCFD, e revisão da aderência do banco a estas recomendações; • Reporte parcial de informações relacionadas ao clima por seis bancos, em seus relatórios anuais ou de sustentabilidade.
<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão de documentos disponibilizados publicamente por bancos, de modo a identificar o atual “grau de implementação” da TCFD; • Reporte em relatórios anuais sobre o esforço interno para implementação da TCFD, em linhas gerais. 				
<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso público assumido por três bancos para implementar as Recomendações da TCFD, e revisão da aderência do banco a estas recomendações; • Reporte parcial de informações relacionadas ao clima por seis bancos, em seus relatórios anuais ou de sustentabilidade. 				
<p>Mensagens para avanço</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar os reportes relacionados à TCFD, mesmo que como parte de relatórios anuais/integrados; • Melhoria nos processos internos para a obtenção de informações mais assertivas para a divulgação; • Em casos em que o reporte é realizado em conjunto com a matriz internacional, é recomendado que seja feito o reporte das ações locais e que este seja de fácil acesso pelos usuários locais (ex: nas páginas sobre sustentabilidade ou risco socioambiental dos sites da subsidiária brasileira e relatórios locais, tais como Relatório de Gestão de Riscos e Relatório de sustentabilidade, se houver). 				



4. Incorporação de agenda específica de implementação das Recomendações da TCFD aos Colegiados de Sustentabilidade ou Risco Socioambiental e ao Conselho de Administração

Os bancos avançaram nesta ação através dos reportes em Comitê de questões relacionadas às mudanças climáticas, mas ainda não possuem uma agenda formal para a implementação das Recomendações da TCFD. Com os novos requisitos do Banco Central (vide capítulo 4), é esperado o estabelecimento de metas e indicadores para progredir no alinhamento com a TCFD.

<p>Descrição</p>	<p>O apoio da alta liderança é essencial para que haja envolvimento no nível estratégico, respondendo à Recomendação de Governança da TCFD e impulsionando os demais níveis a se envolverem na implementação das demais Recomendações. Ao mesmo tempo, a agenda de implementação das Recomendações deve ser liderada no nível tático e operacional pelos Conselhos ou Comitês de Sustentabilidade ou Risco Socioambiental já estabelecidos nos bancos.</p>				
<p>Progresso</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="335 1081 446 1227"> <p>2019</p> </td> <td data-bbox="446 1081 1436 1227"> <ul style="list-style-type: none"> Inclusão do tema em pautas de reuniões de colegiados de sustentabilidade, conectando-o com outras iniciativas relacionadas ao risco socioambiental e gestão climática </td> </tr> <tr> <td data-bbox="335 1227 446 1440"> <p>2020</p> </td> <td data-bbox="446 1227 1436 1440"> <ul style="list-style-type: none"> Reportes de ações voltadas ao risco climático em Comitês (incluindo aqueles que reportam diretamente ao Conselho de Administração), com análise periódica de indicadores e ações; Realização de workshops e treinamentos sobre mudanças climáticas com a alta liderança. </td> </tr> </table>	<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> Inclusão do tema em pautas de reuniões de colegiados de sustentabilidade, conectando-o com outras iniciativas relacionadas ao risco socioambiental e gestão climática 	<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> Reportes de ações voltadas ao risco climático em Comitês (incluindo aqueles que reportam diretamente ao Conselho de Administração), com análise periódica de indicadores e ações; Realização de workshops e treinamentos sobre mudanças climáticas com a alta liderança.
<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> Inclusão do tema em pautas de reuniões de colegiados de sustentabilidade, conectando-o com outras iniciativas relacionadas ao risco socioambiental e gestão climática 				
<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> Reportes de ações voltadas ao risco climático em Comitês (incluindo aqueles que reportam diretamente ao Conselho de Administração), com análise periódica de indicadores e ações; Realização de workshops e treinamentos sobre mudanças climáticas com a alta liderança. 				
<p>Mensagens para avanço</p>	<ul style="list-style-type: none"> Participantes dos fóruns de Sustentabilidade da FEBRABAN podem ampliar o compartilhamento das informações com demais áreas internas dos bancos; Revisar Políticas de Responsabilidade Socioambiental, incorporando de forma mais explícita a questão climática; Atualizar agendas específicas destes colegiados, tendo em vista a recente revisão do Normativo SARB 014/14 da FEBRABAN e futura revisão da regulação socioambiental por parte do BCB. 				



5. Monitoramento da exposição da carteira a setores críticos e oportunidades climáticas

Os bancos realizam o monitoramento da exposição da carteira – ou parte dela - a partir de diferentes recursos e ferramentas disponíveis. Os próximos avanços serão a ampliação desses processos para toda a carteira, reporte dos resultados aos Comitês responsáveis e definição de indicadores e metas.

<p>Descrição</p>	<p>Para analisar a sensibilidade de sua carteira aos riscos climáticos, o banco deve mensurar a parcela de crédito exposta a setores críticos, conforme classificados pela TCFD. Além disso, a TCFD recomenda explicitamente o reporte da carteira exposta a ativos carbono-intensivos, que estão entre os setores críticos, e às oportunidades climáticas.</p>				
<p>Progresso</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="336 958 445 1137"> <p>2019</p> </td> <td data-bbox="445 958 1442 1137"> <ul style="list-style-type: none"> Utilização da correspondência entre Divisões CNAE e setores de alta exposição TCFD, para realizar o monitoramento; Monitoramento da exposição ao risco climático no setor agrícola, utilizando processos e evidências já adotados (ex: monitoramento de safra). </td> </tr> <tr> <td data-bbox="336 1137 445 1648"> <p>2020</p> </td> <td data-bbox="445 1137 1442 1648"> <ul style="list-style-type: none"> Mensuração da exposição da carteira utilizando a Régua de sensibilidade e a Taxonomia da FEBRABAN, sendo os resultados apresentados em Comitês, e algumas informações publicadas nos Relatórios Anuais; Monitoramento de produtos da carteira com impacto climático positivo e seus impactos (ex: repasses do programa ABC, financiamento fotovoltaico); Definição de um indicador de exposição ao risco climático no Apetite de Risco do banco; Realização de estudo de sensibilidade da carteira de investimentos, considerando regulações sobre o carbono; Elaboração de taxonomia própria para classificação de setores de acordo com seu risco climático. </td> </tr> </table>	<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> Utilização da correspondência entre Divisões CNAE e setores de alta exposição TCFD, para realizar o monitoramento; Monitoramento da exposição ao risco climático no setor agrícola, utilizando processos e evidências já adotados (ex: monitoramento de safra). 	<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> Mensuração da exposição da carteira utilizando a Régua de sensibilidade e a Taxonomia da FEBRABAN, sendo os resultados apresentados em Comitês, e algumas informações publicadas nos Relatórios Anuais; Monitoramento de produtos da carteira com impacto climático positivo e seus impactos (ex: repasses do programa ABC, financiamento fotovoltaico); Definição de um indicador de exposição ao risco climático no Apetite de Risco do banco; Realização de estudo de sensibilidade da carteira de investimentos, considerando regulações sobre o carbono; Elaboração de taxonomia própria para classificação de setores de acordo com seu risco climático.
<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> Utilização da correspondência entre Divisões CNAE e setores de alta exposição TCFD, para realizar o monitoramento; Monitoramento da exposição ao risco climático no setor agrícola, utilizando processos e evidências já adotados (ex: monitoramento de safra). 				
<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> Mensuração da exposição da carteira utilizando a Régua de sensibilidade e a Taxonomia da FEBRABAN, sendo os resultados apresentados em Comitês, e algumas informações publicadas nos Relatórios Anuais; Monitoramento de produtos da carteira com impacto climático positivo e seus impactos (ex: repasses do programa ABC, financiamento fotovoltaico); Definição de um indicador de exposição ao risco climático no Apetite de Risco do banco; Realização de estudo de sensibilidade da carteira de investimentos, considerando regulações sobre o carbono; Elaboração de taxonomia própria para classificação de setores de acordo com seu risco climático. 				
<p>Mensagens para avanço</p>	<ul style="list-style-type: none"> O uso da Taxonomia FEBRABAN, que foi revisada em 2020, permitirá aos bancos avançarem no monitoramento da exposição de suas carteiras aos riscos climáticos e no aproveitamento de oportunidades com relação à economia verde; Os resultados do monitoramento podem ser apresentados nas métricas de apetite de risco de um maior número de bancos; A nova Régua de Sensibilidade do Agro aperfeiçoará o monitoramento e acompanhamento para este setor; As análises de sensibilidade realizadas para a carteira de investimentos pode ser replicada para a carteira de crédito, com as adaptações necessárias. 				



6. Recomendação de adesão a compromissos voluntários de reporte (ex: CDP, GHG Protocol) para os clientes mais críticos

Ainda há uma necessidade de maior comprometimento dos bancos com a recomendação a seus clientes, principalmente dos setores mais críticos, para adesão em compromissos voluntários de reporte. Apesar disso, alguns bancos engajaram-se em iniciativas que permitem a mensuração e reporte das emissões de GEE no nível setorial, quando não há informações disponíveis dos clientes.

<p>Descrição</p>	<p>A fim de facilitar a obtenção de informações em linha com os Princípios de Transparência Efetiva (da TCFD), os bancos devem recomendar a seus clientes mais críticos (i.e. de setores críticos com operações de maior volume e prazo) a adesão a compromissos voluntários, que estabelecem padrões de mensuração e reporte. Estas informações serão úteis no nível operacional (incorporadas ao processo de análise socioambiental de crédito) e gerencial (mensuração das emissões financiadas).</p>				
<p>Progresso</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="335 1081 446 1261"> <p>2019</p> </td> <td data-bbox="446 1081 1436 1261"> <ul style="list-style-type: none"> • O único reporte neste tema se refere à exigência de práticas de gestão de emissões GEE em cumprimento aos Padrões de Desempenho do IFC / Princípios do Equador. Não houve nenhum avanço específico para solicitar adesão a outros compromissos voluntários. </td> </tr> <tr> <td data-bbox="335 1261 446 1585"> <p>2020</p> </td> <td data-bbox="446 1261 1436 1585"> <ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de perguntas relativas à adesão de compromissos nos processos de avaliação de risco dos clientes; • Adesão de um banco à Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF), que apresenta metodologia e base de dados para mensuração de emissões de GEE financiadas; • Engajamento em fóruns com participação de diferentes setores da economia, buscando reforçar a mensagem aos (potenciais) clientes de que os bancos valorizam a adesão aos compromissos voluntários. </td> </tr> </table>	<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O único reporte neste tema se refere à exigência de práticas de gestão de emissões GEE em cumprimento aos Padrões de Desempenho do IFC / Princípios do Equador. Não houve nenhum avanço específico para solicitar adesão a outros compromissos voluntários. 	<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de perguntas relativas à adesão de compromissos nos processos de avaliação de risco dos clientes; • Adesão de um banco à Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF), que apresenta metodologia e base de dados para mensuração de emissões de GEE financiadas; • Engajamento em fóruns com participação de diferentes setores da economia, buscando reforçar a mensagem aos (potenciais) clientes de que os bancos valorizam a adesão aos compromissos voluntários.
<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O único reporte neste tema se refere à exigência de práticas de gestão de emissões GEE em cumprimento aos Padrões de Desempenho do IFC / Princípios do Equador. Não houve nenhum avanço específico para solicitar adesão a outros compromissos voluntários. 				
<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão de perguntas relativas à adesão de compromissos nos processos de avaliação de risco dos clientes; • Adesão de um banco à Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF), que apresenta metodologia e base de dados para mensuração de emissões de GEE financiadas; • Engajamento em fóruns com participação de diferentes setores da economia, buscando reforçar a mensagem aos (potenciais) clientes de que os bancos valorizam a adesão aos compromissos voluntários. 				
<p>Mensagens para avanço</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os bancos podem identificar em quais casos a recomendação aos clientes é prioritária utilizando a camada 2 da Régua de Sensibilidade; • Inclusão de perguntas e recomendação de adesão aos compromissos nos questionários de avaliação socioambiental, familiarizando os clientes à questão; • Engajamento em iniciativas que auxiliem na mensuração e reporte de GEE financiadas, mesmo quando há ausência de informações dos clientes; • Consideração das orientações do Guia de Mensuração de Emissões de GEE, lançado pela FEBRABAN em 2021. 				



7. Incorporação do tema mudanças climáticas nos processos de planejamento estratégico

Os bancos apresentaram um avanço principalmente no entendimento da importância das questões climáticas. Alguns deles adotaram estratégias como o desenvolvimento de produtos sustentáveis e mensuração da exposição ao risco climático.

Descrição	Para que os bancos considerem riscos e oportunidades climáticas em curto, médio e longo prazos, é necessário que esse tema seja integrado aos processos de planejamento estratégico (e a suas revisões subsequentes).
Progresso	2019 <ul style="list-style-type: none"> Inclusão de agenda de mudanças climáticas como parte das questões de sustentabilidade no planejamento estratégico.
	2020 <ul style="list-style-type: none"> Avanço na inclusão da questão climática no planejamento estratégico de três instituições financeiras, tanto com relação à estratégia comercial como com relação a riscos, por meio do desenvolvimento de produtos sustentáveis e mensuração contínua da exposição ao risco climático; Mapeamento, por uma instituição, dos principais riscos climáticos de natureza física e de transição, o horizonte esperado para sua materialização e seus canais de transmissão para os riscos tradicionais..
Mensagens para avanço	<ul style="list-style-type: none"> Articulação de times multidisciplinares, com representantes de alta liderança de diferentes áreas, para aprimorar e ampliar os itens considerados no planejamento estratégico dos bancos; Ampliação da sensibilização da alta liderança para incorporar a questão climática nos exercícios de planejamento; Ampliação da participação de gerentes e executivos dedicados a Risco Socioambiental e Sustentabilidade em fóruns de decisão estratégica.



8. Elaboração de Posicionamento sobre Mudanças Climáticas, formalizando entendimento do sobre o tema, iniciativas e compromissos

Muitos bancos já divulgaram seu posicionamento em relação às mudanças climáticas e estão trabalhando no aprimoramento e detalhamento de sua gestão de riscos climáticos.

Descrição		A elaboração de um documento em que o banco expresse seu posicionamento sobre o tema, descreva suas iniciativas internas (ex: incorporação de risco climático na análise de crédito, incorporação ao planejamento estratégico) e apresente compromissos (ex: adesão a iniciativas voluntárias, apoio a economia de baixo carbono) sinaliza aos clientes e demais stakeholders a atenção e capacidade do banco para lidar com riscos e oportunidades climáticas.
Progresso	2019	<ul style="list-style-type: none">• Posicionamento público sobre as mudanças climáticas em publicações já existentes, como Relatório Anual;• Preparação de um documento específico com o posicionamento em mudanças climáticas por três bancos, com conteúdo semelhante ao descrito acima (entendimento sobre o tema, incorporação, compromissos);• Mapeamento interno de riscos e oportunidades climáticas, cujos resultados podem se desdobrar em um segundo momento na publicação de um Posicionamento sobre Mudanças Climáticas.
	2020	<ul style="list-style-type: none">• Quatro bancos têm seus posicionamentos em relação às mudanças climáticas publicados, apresentando estratégias de negócio, metas de compensação de GEE e consumo de energia renovável, oportunidades, etc.
Mensagens para avanço		<ul style="list-style-type: none">• Publicação de posicionamentos sobre mudanças climáticas de bancos que ainda não o fizeram;• Ampliação dos compromissos relacionados à carteira (ex: mensuração das emissões da carteira, ampliação dos recursos para setores que ajudam a mitigar as mudanças climáticas), que tipicamente têm maior materialidade do que aqueles relativos às atividades administrativas (ex: consumo de energia dos escritórios);



9. Desenvolvimento de análises de cenários climáticos para suas carteiras, partindo de projetos-piloto

A ação continua tendo uma baixa aderência dos bancos devido à dificuldade na obtenção de dados. O desenvolvimento de cenários climáticos pela FEBRABAN auxiliará no avanço desta ação.

<p>Descrição</p>	<p>As ferramentas de análise de cenários permitem superar o problema do descasamento de horizontes temporais entre o planejamento estratégico e as trajetórias dos cenários climáticos, já que são um exercício no qual os bancos analisam a sensibilidade de suas carteiras atuais aos riscos climáticos futuros. As análises devem partir de pilotos em setores críticos e de alta exposição na carteira, com resultados incorporados aos Planos de Capital e demais processos de gerenciamento de riscos.</p>				
<p>Progresso</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="336 1014 445 1160"> <p>2019</p> </td> <td data-bbox="445 1014 1436 1160"> <ul style="list-style-type: none"> Além dos bancos Brasileiros participantes na primeira fase Piloto da UNEP-FI (Bradesco e Itaú), houve o desenvolvimento de iniciativa de um banco para análise de cenário no setor agrícola. </td> </tr> <tr> <td data-bbox="336 1160 445 1339"> <p>2020</p> </td> <td data-bbox="445 1160 1436 1339"> <ul style="list-style-type: none"> Apenas mais um banco conseguiu avançar na análise de cenários climáticos. Ainda há dificuldade em evoluir na ação pela maioria dos bancos devido à ausência de dados, o que é compatível com o diagnóstico feito em 2018. </td> </tr> </table>	<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> Além dos bancos Brasileiros participantes na primeira fase Piloto da UNEP-FI (Bradesco e Itaú), houve o desenvolvimento de iniciativa de um banco para análise de cenário no setor agrícola. 	<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> Apenas mais um banco conseguiu avançar na análise de cenários climáticos. Ainda há dificuldade em evoluir na ação pela maioria dos bancos devido à ausência de dados, o que é compatível com o diagnóstico feito em 2018.
<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> Além dos bancos Brasileiros participantes na primeira fase Piloto da UNEP-FI (Bradesco e Itaú), houve o desenvolvimento de iniciativa de um banco para análise de cenário no setor agrícola. 				
<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> Apenas mais um banco conseguiu avançar na análise de cenários climáticos. Ainda há dificuldade em evoluir na ação pela maioria dos bancos devido à ausência de dados, o que é compatível com o diagnóstico feito em 2018. 				
<p>Mensagens para avanço</p>	<ul style="list-style-type: none"> Ainda há desafios – mesmo no nível internacional – sobre os melhores caminhos para se realizar análises de cenários. O acompanhamento da segunda fase do Piloto da UNEP-FI, entre outras iniciativas lideradas por organizações da sociedade civil e entidades especializadas, pode trazer mensagens importantes para esta ação; A FEBRABAN está desenvolvendo cenários climáticos considerando riscos físicos e de transição para o Brasil com, respectivamente, Way Carbon e COPPE/ UFRJ. Com a disponibilização destes dados, será possível um avanço maior nesta frente pelos bancos; O enriquecimento de bases de dados internas sobre clientes e operações, a partir de informações cadastrais e de questionários socioambientais, pode facilitar a realização de análises no futuro. Para isso, é necessário aperfeiçoar o cadastro e rotinas de análise socioambiental. 				



10. Incorporação das informações relacionadas a clima nos relatórios financeiros

Os bancos ampliaram a divulgação, em seus relatórios anuais ou de sustentabilidade, sobre iniciativas internas de alinhamento à TCFD, bem como sobre os riscos e oportunidades aos quais estão expostos. No entanto, ainda é necessário evoluir nos processos para incorporar informações quantitativas e qualitativas com maior profundidade. É importante ressaltar que a maior parte dos relatórios financeiros anuais de 2020 refletia avanços de 2019, ano em que o grau de maturidade sobre o tema era menor. Portanto, em 2021, é esperado que os relatórios financeiros incorporem mais informações sobre o tema.

Descrição	O potencial impacto financeiro de riscos – especialmente – e oportunidades climáticas deve ser incorporado aos relatórios financeiros (ex: Formulário de Referência, Relatório de Gestão de Riscos), bem como os processos/ferramentas com os quais o banco gerencia este potencial impacto. A TCFD recomenda que os relatórios financeiros apresentem sempre informações sobre Governança e Gestão de Riscos, enquanto que aquelas relativas a Estratégia e Métricas e Metas dependerão da materialidade para o banco.				
Progresso	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="335 1227 438 1400">2019</td> <td data-bbox="446 1227 1436 1400"> <ul style="list-style-type: none"> Divulgação de iniciativas, oportunidades e relevância da temática nos relatórios de Relatório de Gestão de Riscos, Relatório Integrado e de Análise Gerencial da Operação e Demonstrações Contábeis Completas (BRGAAP). </td> </tr> <tr> <td data-bbox="335 1400 438 1603">2020</td> <td data-bbox="446 1400 1436 1603"> <ul style="list-style-type: none"> Dois bancos passaram a divulgar informações gerais de riscos climáticos nos Relatório Anual ou Formulário 20-F; Os bancos têm buscado amadurecer seus processos para disponibilizarem, no futuro, reportes mais aprofundados, especialmente de acordo com as orientações da TCFD sobre Métricas e Metas. </td> </tr> </table>	2019	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação de iniciativas, oportunidades e relevância da temática nos relatórios de Relatório de Gestão de Riscos, Relatório Integrado e de Análise Gerencial da Operação e Demonstrações Contábeis Completas (BRGAAP). 	2020	<ul style="list-style-type: none"> Dois bancos passaram a divulgar informações gerais de riscos climáticos nos Relatório Anual ou Formulário 20-F; Os bancos têm buscado amadurecer seus processos para disponibilizarem, no futuro, reportes mais aprofundados, especialmente de acordo com as orientações da TCFD sobre Métricas e Metas.
2019	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação de iniciativas, oportunidades e relevância da temática nos relatórios de Relatório de Gestão de Riscos, Relatório Integrado e de Análise Gerencial da Operação e Demonstrações Contábeis Completas (BRGAAP). 				
2020	<ul style="list-style-type: none"> Dois bancos passaram a divulgar informações gerais de riscos climáticos nos Relatório Anual ou Formulário 20-F; Os bancos têm buscado amadurecer seus processos para disponibilizarem, no futuro, reportes mais aprofundados, especialmente de acordo com as orientações da TCFD sobre Métricas e Metas. 				
Mensagens para avanço	<ul style="list-style-type: none"> Os bancos devem amadurecer seus processos de avaliação e mensuração de riscos e oportunidades climáticas, sendo possível assim evoluir para o reporte de informações quantitativas; Acompanhar as recomendações para divulgação das questões climáticas nos relatórios financeiros da International Finance Reporting Standards (IFRS), Climate Disclosure Standards Board (CDSB), entre outros. 				



11. Revisão de instrumentos de risco socioambiental utilizados na concessão de crédito, para incorporação de informações sobre exposição do cliente às mudanças climáticas

Os bancos têm avançado na ação por diferentes frentes, seja pela inclusão de cláusulas contratuais para clientes com exposição climática, pelo enriquecimento de base de dados para o aprimoramento da análise, e principalmente, pela revisão dos questionários de análise socioambiental para setores críticos, considerando os aspectos climáticos. Todas as iniciativas são importantes e complementares, podendo ser ampliadas pelos bancos.

<p>Descrição</p>	<p>Os bancos já utilizam instrumentos para análise de risco socioambiental no processo da concessão de crédito. É preciso revisar estes instrumentos para que incorporem informações sobre a exposição a mudanças climáticas, de acordo com a proporcionalidade e relevância das operações. O principal desafio é a identificação da localização das unidades produtivas dos clientes.</p>				
<p>Progresso</p>	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="335 1093 443 1198"> <p>2019</p> </td> <td data-bbox="443 1093 1436 1198"> <ul style="list-style-type: none"> • Uso da lista de setores críticos da TCFD como critérios para exigir de clientes informações adicionais sobre gestão de mudanças climáticas. </td> </tr> <tr> <td data-bbox="335 1198 443 1601"> <p>2020</p> </td> <td data-bbox="443 1198 1436 1601"> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão do questionário socioambiental considerando aspectos climáticos para os setores críticos; • Melhoria na captura de informações (ex: localização das operações) possibilitando uma análise mais aprimorada de riscos climáticos no futuro; • Incorporação da Régua de Sensibilidade nos processos de análise de crédito de grandes empresas; • Inclusão de cláusula contratual específica para clientes com exposição ao risco climático, e avaliação sobre inclusão de cláusula genérica para operações de maior porte em crédito corporativo. </td> </tr> </table>	<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Uso da lista de setores críticos da TCFD como critérios para exigir de clientes informações adicionais sobre gestão de mudanças climáticas. 	<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão do questionário socioambiental considerando aspectos climáticos para os setores críticos; • Melhoria na captura de informações (ex: localização das operações) possibilitando uma análise mais aprimorada de riscos climáticos no futuro; • Incorporação da Régua de Sensibilidade nos processos de análise de crédito de grandes empresas; • Inclusão de cláusula contratual específica para clientes com exposição ao risco climático, e avaliação sobre inclusão de cláusula genérica para operações de maior porte em crédito corporativo.
<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Uso da lista de setores críticos da TCFD como critérios para exigir de clientes informações adicionais sobre gestão de mudanças climáticas. 				
<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão do questionário socioambiental considerando aspectos climáticos para os setores críticos; • Melhoria na captura de informações (ex: localização das operações) possibilitando uma análise mais aprimorada de riscos climáticos no futuro; • Incorporação da Régua de Sensibilidade nos processos de análise de crédito de grandes empresas; • Inclusão de cláusula contratual específica para clientes com exposição ao risco climático, e avaliação sobre inclusão de cláusula genérica para operações de maior porte em crédito corporativo. 				
<p>Mensagens para avanço</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento da captura de informações das operações para uma análise mais assertiva de riscos climáticos; • Elaboração, por mais bancos, de cláusula climática nos contratos de concessão de crédito (ex: exigência de realização de inventários de GEE ou medidas de mitigação para clientes com alto risco); • Estruturação de um processo robusto de captura de dados, análise de risco climático e incorporação do resultado no <i>rating</i> e cláusulas contratuais, com possíveis automatizações. 				



12. Incorporação do risco climático no modelo de análise de crédito

Os bancos estão em estágios diferentes pois alguns incorporam o rating socioambiental ao de crédito, e outros ainda estão na fase de integração dos ratings. Esta primeira etapa é importante para a realização da incorporação da questão climática no modelo de análise de crédito.

Descrição	Clientes podem estar expostos a riscos climáticos não identificados no processo de concessão de crédito, o que pode afetar a qualidade da carteira do banco. Estes riscos devem ser incorporados à análise de cada operação, de forma a afetar o <i>rating</i> dos clientes, ao menos para aquelas operações de setores críticos, com maior volume e prazos mais longos.
Progresso	<p>2019</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incorporação do risco climático no nível setorial – com a avaliação de quais setores podem ser mais impactados, a fim de priorizar ações junto a estes setores; • Incorporação da análise de riscos climáticos na carteira de crédito agrícola – antes das Recomendações da TCFD.
	<p>2020</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incorporação e/ou revisão de componentes climáticos, como estresse e dependência hídrica, e resiliência do cliente, no <i>rating</i> socioambiental.
Mensagens para avanço	<ul style="list-style-type: none"> • A incorporação da variável socioambiental no <i>rating</i> de crédito do cliente é primordial para a incorporação do componente climático; • Possíveis aprimoramentos das variáveis climáticas utilizadas no <i>rating</i> socioambiental, a partir de estudos realizados com clientes da carteira do banco.



13. Incorporação da variável climática no desenvolvimento e avaliação de novos produtos

Os bancos estão criando produtos com contribuição para mitigação e adaptação às mudanças climáticas (ex: financiamento de carros elétricos ou painéis solares), mas poucos revisaram seus procedimentos de avaliação de novos produtos incorporando a questão climática.

Descrição		No nível estratégico e tático, os bancos precisam avaliar quais e como seus produtos aumentam ou diminuem a exposição da carteira aos riscos climáticos e como permitem a captura de oportunidades relacionadas às mudanças climáticas. Ao incorporar essa avaliação a tomada de decisão para novos produtos, a trajetória da carteira de crédito do banco pode se adaptar aos cenários de mudanças climáticas, e torna-se possível definir e acompanhar metas associadas ao tema.
Progresso	2019	<ul style="list-style-type: none">• Alguns bancos indicaram utilizar oportunidades climáticas como <i>drivers</i> para criação de novos produtos e/ou revisão dos já consolidados.
	2020	<ul style="list-style-type: none">• Análise de novos produtos e serviços utilizando critérios socioambientais, que contemplam fatores climáticos;• Um banco declarou ter explicitado seu compromisso de considerar as questões ambientais, incluindo climáticas, na alocação dos recursos financeiros;• Expansão de produtos e programas sustentáveis, como geração de energia solar.
Mensagens para avanço		<ul style="list-style-type: none">• Muitos bancos têm desenvolvido produtos que capturam oportunidades climáticas; apesar disso, poucos incorporaram a questão climática na avaliação socioambiental de novos produtos e serviços bancários, conforme a Resolução CMN 4.327 já indica para questões socioambientais. Desta forma, é importante que os bancos integrem esta variável neste processo.



4. Atualização da agenda TCFD no setor financeiro nacional e internacional

A agenda da TCFD vem ganhando mais força e adesão a cada ano, como demonstrado pela revisão de *frameworks* voluntários e regulatórios para se adequar às Recomendações. No contexto nacional, o Banco Central do Brasil (BCB) anunciou uma série de medidas regulatórias e de supervisão que devem posicionar o país na fronteira do conhecimento sobre boas práticas de gestão climática. No contexto internacional, diversos atores e iniciativas avançam na inclusão de riscos e oportunidades climáticas em suas exigências regulatórias ao mesmo tempo em que se alinham com os 4 pilares da TCFD. O objetivo do presente capítulo é trazer uma síntese do mais recente progresso nacional e internacional.

4.1. Avanços da NGFS

A Network for Greening the Financial System (NGFS), constituída em 2017 e composta por 87 Bancos Centrais e demais supervisores do setor financeiro¹³, segue gerando insumos para autoridades financeiras. O BCB tornou-se membro em março/2020¹⁴.

Entre os objetivos da NGFS, estão aperfeiçoar a gestão de riscos climáticos e ambientais do setor financeiro e mobilizar o financiamento para apoiar uma transição a uma economia de baixo carbono, alinhada ao Acordo de Paris. Por isso, no último ano, a NGFS seguiu promovendo a troca de experiências e compartilhamento das melhores práticas a serem incentivadas e implementadas por seus membros e entre as demais instituições financeiras de suas jurisdições.

Desde então, além das discussões entre os membros, a iniciativa vem publicando relatórios em sua [página online](#), especialmente com foco em orientar os agentes supervisores em como integrar riscos climáticos e ambientais na sua prática de supervisão prudencial. Publicada em maio de 2020, o “[Guide for Supervisors. Integrating climate-related and environmental risks into prudential supervision](#)”¹⁵ faz cinco recomendações aos agentes reguladores e supervisores:

¹³ 87 membros e 13 observadores até fevereiro de 2021.

¹⁴ NGFS – In a conversation with Ms. Fernanda Nechio. Deputy Governor for International Affairs and Corporate Risk Management, Banco Central do Brasil (2020). Disponível em: https://www.ngfs.net/sites/default/files/medias/documents/icw_bcb_-_final.pdf

¹⁵ NGFS - Guide for Supervisors. Integrating climate-related and environmental risks into prudential supervision (2020). Disponível em: https://www.ngfs.net/sites/default/files/medias/documents/ngfs_guide_for_supervisors.pdf



- I. Determinar como os riscos ambientais e climáticos são transmitidos à economia real e aos setores financeiros em suas jurisdições, e identificar os riscos que podem ser materiais para as entidades supervisionadas;
- II. Desenvolver uma estratégia clara, estabelecer uma organização interna e alocar recursos adequados para lidar com os riscos ambientais e climático;
- III. Identificar as exposições de entidades supervisionadas vulneráveis aos riscos climáticos e ambientais e avaliar as perdas potenciais caso esses riscos se materializem.
- IV. Definir quais são as expectativas da supervisão, i.e., o que é esperado das instituições financeiras, para assim criar transparência para as instituições financeiras em relação ao entendimento dos supervisores de uma abordagem prudente aos riscos ambientais e climáticos;
- V. Assegurar a gestão adequada dos riscos ambientais e climáticos pelas instituições financeiras e tomar medidas de mitigação quando apropriado.

4.2. TCFD Status Report 2020

Desde a publicação das suas Recomendações, em 2017, a TCFD divulga anualmente o relatório de status¹⁶, fornecendo informações sobre o progresso internacional do reporte de riscos e oportunidades relacionados ao clima. Até setembro de 2020, 1.500 organizações em todo o mundo haviam expressado apoio à TCFD, somando um valor capitalização de mercado de US\$ 12,6 trilhões – e, no caso de instituições financeiras, um total de US\$ 150 trilhões de ativos sob gestão.

No relatório de status de setembro de 2020, a inteligência artificial foi utilizada para revisar as informações incluídas em relatórios de 1.700 grandes empresas dos anos fiscais de 2017, 2018 e 2019, em relação às Recomendações da TCFD. O relatório também convidou especialistas que são tipicamente usuários de relatórios das companhias para avaliar quais tipos de divulgação recomendada são mais relevantes para tomada de decisão.

¹⁶ Task Force on Climate-related Financial Disclosures: 2019 Status Report (TCFD, 2020). Disponível em: <https://www.fsb.org/wp-content/uploads/P291020-1.pdf>



Entre as principais conclusões e descobertas contidas no relatório de progresso da TCFD 2020, estão:

- I.** Quase 60% das 100 maiores companhias abertas do mundo apoiam a TCFD e/ou reportam conforme as Recomendações. Além disso, quase 700 organizações tornaram-se apoiadoras da TCFD entre set/2019 e set/2020.
- II.** A porcentagem de empresas que divulgam a “resiliência de suas estratégias”, levando em consideração diferentes cenários relacionados ao clima, foi significativamente menor do que qualquer outra divulgação recomendada.
- III.** A divulgação sobre o potencial impacto financeiro das mudanças climáticas em seus negócios também permanece baixa.
- IV.** Para os relatórios do ano fiscal de 2019, as empresas de energia e do setor de materiais e construção civil lideram em divulgação.
- V.** Embora o alinhamento dos relatórios de gestores e proprietários de ativos estejam cada vez mais alinhados às Recomendações da TCFD, essas divulgações ainda não são suficientes para garantir que clientes e beneficiários tenham as informações adequadas para a tomada de decisões financeiras.
- VI.** Usuários das Recomendações, que também são especialistas no tema, consideram como mais úteis na tomada de decisões as informações sobre o impacto das mudanças climáticas nos negócios e na estratégia da empresa.

Para o setor bancário, mais especificamente, o relatório discorre sobre os seguintes resultados:

- I.** Para 8 das 11 divulgações recomendadas, o percentual de bancos divulgando informações relevantes foi inferior à média de todas as empresas analisadas;
- II.** Por outro lado, a divulgação de informações dos bancos em alinhamento com as recomendações do TCFD aumentou de 2017 a 2019 para todas as divulgações recomendadas; o setor bancário teve o maior aumento (na ordem de 9%) na divulgação de riscos e oportunidades relacionados ao clima neste período, para diferentes setores;
- III.** Os aumentos mais significativos na divulgação (11%) foram para Gestão de Risco e Métricas e Metas, o que mostra que os bancos estão divulgando cada vez mais seus processos de gestão de riscos relacionados ao clima, bem como as métricas que utilizam.
- IV.** No entanto, os bancos tiveram o menor percentual de divulgação de metas relacionadas ao clima - Métricas e Metas (c) - de todos os setores em todos os três anos analisados.



A TCFD tem realizado consultas públicas¹⁷ visando apoiar a implementação das recomendações da TCFD. No final de 2020, realizou consulta¹⁸ sobre métricas para o setor financeiro, buscando receber feedback acerca da utilidade e os desafios dos tipos de indicadores já adotados, entender o que pode ser aprimorado para melhorar sua comparabilidade, transparência e rigor e determinar se é necessária mais orientação sobre o tema.

4.3. Agenda BC# Sustentabilidade

Em setembro de 2020, o BCB lançou a agenda BC# Sustentabilidade¹⁹, que traz uma série de medidas importantes para o gerenciamento de riscos socioambientais e climáticos ao sistema financeiro nacional.

Entre as medidas de supervisão anunciadas está a expansão da coleta de dados qualitativos das instituições financeiras sobre riscos socioambientais e ‘avaliação de risco climático’ com base em critérios de alocação a segmentos sensíveis, valor, finalidade e/ou situação. A medida permitirá sistematizar o compartilhamento e cruzamento de informações sobre a situação socioambiental das instituições e seu cruzamento com base de dados públicos. A base de dados também permitirá uma maior precisão na realização de testes de estresse que passarão a incluir cenários de risco climático.

No que se refere às práticas regulatórias, os requisitos relacionados à Resolução CMN 4.327/2014, sobre a Política de Responsabilidade Social e Ambiental (PRSA) das instituições financeiras brasileiras, serão aprimorados. A definição de risco socioambiental deve ser aperfeiçoada. Além disso, devem passar a ser aplicados aos riscos socioambientais os requisitos relativos aos demais tipos de risco, como declaração de apetite de risco, testes de estresse e “Plano de Governança e Continuidade de Negócios. Por fim, haverá a inclusão do conceito de “risco climático”, que compreenderá tanto os riscos físicos quanto os riscos de transição.

¹⁷ <https://www.fsb.org/consultations/current-consultations/>

¹⁸ TCFD - Forward-Looking Financial Sector Metrics. Consultation (TCFD, 2020). Disponível em: <https://www.fsb.org/wp-content/uploads/P291020-4.pdf>

¹⁹ <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sustentabilidade>



Outro anúncio importante é o início da obrigatoriedade das instituições financeiras em adotar as recomendações da TCFD por meio de normativos que serão disponibilizados em duas fases: a primeira até junho/2021 e a segunda até dezembro/2022²⁰. Além disso, próprio BCB passará a incorporar de recomendações específicas do TCFD na sua estrutura regulatória prudencial e já indicou que a Agenda BC# Sustentabilidade é dinâmica e pode ter atualizações ao longo do tempo.

A expectativa do BCB é que as medidas regulatórias anunciadas alinhem o arcabouço normativo brasileiro com as discussões mundiais em curso sobre riscos climáticos. Da mesma forma, o fortalecimento dos requisitos para a integração do risco socioambiental visa dar clareza e eficácia aos comandos da política PRSA e maior interconexão entre os temas relacionados aos riscos climáticos e à estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

4.4. Avanços regulatórios e de *frameworks* voluntários

Iniciativas regulatórias e a adesão a *frameworks* internacionais ajudam a identificar a materialidade de potenciais riscos climáticos para credores, investidores e seguradoras. Por isso, diversos países também têm avançado na gestão de riscos climáticos ao propor exigências regulatórias, muitas vezes acompanhados de discussão e consulta antes da publicação de normas.

Como mostra a Tabela 1, a maiorias dos avanços regulatórios versam sobre a incorporação dos riscos relacionados as mudanças climáticas nos sistemas gestão integrada de riscos, a atribuição de responsabilidades de gestão desses riscos na estrutura interna de governança das instituições, o monitoramento à exposição das atividades ao risco climático, a realização de testes de estresse e o reporte sobre medidas adotadas.

Além de exigências regulatórias, alguns frameworks voluntários incentivam e facilitam a adesão às Recomendações TCFD:

²⁰ Banco central do Brasil - Agenda BC# - Dimensão Sustentabilidade (2020). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/Agenda_Sustentabilidade_8.9.20.pdf



- I. CDSB e SASB, 2019: buscando auxiliar no reporte as divulgações recomendadas da TCFD, um Manual de Boas Práticas da TCFD²¹ foi lançado e inclui exemplos de relatórios eficazes nos quatro principais elementos de governança, estratégia, gestão de risco e métricas e metas da TCFD;
- II. Corporate Reporting Dialogue, 2019: lançou o projeto Better Alignment²² visando contribuir para o alinhamento de *frameworks* de reporte de sustentabilidade financeiros e não-financeiros com as Recomendações TCFD. No final de 2019, seu primeiro relatório de progresso²³ foi produzido;
- III. ClimateWise, 2019: divulgou a revisão independente dos Princípios da ClimateWise 2019²⁴, estrutura de relatório para a indústria de seguros, resumindo os relatórios das seguradoras participantes e descrevendo os desafios e oportunidades da indústria na implementação das recomendações do TCFD;
- IV. CDP e CDSB, 2020: produziram o The building blocks²⁵ para guiar a utilização do CDSB Framework para traduzir as respostas das organizações aos questionários do CDP em divulgações que atendam as recomendações da TCFD.

²¹ SASB Foundation and Climate Disclosure Standards Board - TCFD Good Practice Handbook (2019). Disponível em: https://www.cdsb.net/sites/default/files/tcfd_good_practice_handbook_web_a4.pdf

²² Corporate Reporting Dialogue - Better Alignment Project (2019). Disponível em: <https://corporatereportingdialogue.com/wp-content/uploads/2018/11/Corporate-Reporting-Dialogue-Better-Alignment-Project.pdf>

²³ Corporate Reporting Dialogue - Status report (2019). Disponível em: https://corporatereportingdialogue.com/climatereport2019/pdf/CRD_BAP_Report_2019.pdf

²⁴ University of Cambridge Institute for Sustainability Leadership and PwC- The ClimateWise Principles Independent Review 2019 (2019). Disponível em: <https://www-falcon.csx.cam.ac.uk/site/CISL/resources/publication-pdfs/climate-wiseprinciples-review-2019.pdf>

²⁵ Climate Disclosure Standards Board and CDP Worldwid - The building blocks (2020). Disponível em: https://6fefcbb86e61af1b2fc4-c70d8ead6ced550b4d987d7c03fcdd1d.ssl.cf3.rackcdn.com/cms/reports/documents/000/005/325/original/the_building_blocks_guidance_web_version.pdf?1596460641



A tabela a seguir lista avanços de destaque em outras regulações nacionais com foco em clima, direcionadas a instituições financeiras, com obrigações ou recomendações lançadas e/ou cuja implementação iniciou-se em 2020:

Tabela 1 – práticas regulatórias internacionais de supervisão sobre riscos climáticos

País	Prática	Resumo
França (2019)	<i>Autorité de Contrôle Prudentiel et de Résolution (ACPR) - French banking groups facing climate change-related risks²⁶</i>	A ACPR recomenda aos bancos que divulguem a estrutura e as responsabilidades das áreas internas de governança de risco, em particular as áreas de gerenciamento. Sugere-se o uso de indicadores para resumir as orientações estratégicas para questões climáticas. Espera-se que a estrutura de gerenciamento de risco interno trate das questões climáticas explicitamente, incluindo sua exposição a este risco, considerando granularidade geográfica e setorial. Para calcular as potenciais perdas da carteira, os bancos devem desenvolver ferramentas para analisar e modelar o impacto dos cenários de transição climáticos e riscos físicos com os parâmetros de risco usuais (por exemplo, testes de estresse climático).
Malásia (2019)	<i>Bank Negara Malaysia - Climate Change and Principle-based Taxonomy²⁷</i>	Para a avaliação das atividades econômicas, quatro princípios norteadores são delineados: contribuir para a mitigação das mudanças climáticas; contribuir para a adaptação climática; não trazer danos significativos ao meio ambiente; não ser ilegal, respeitando as leis ambientais e realizar esforços para promover a transição para a economia de baixo carbono. Ao integrar os riscos relacionados ao clima, espera-se que as instituições supervisionadas aprimorem sua estrutura de governança e incluam esses riscos em sua estrutura de gestão de risco e processos. Além disso, as informações relatadas devem atender às recomendações da TCFD.

²⁶ https://acpr.banque-france.fr/sites/default/files/medias/documents/as_101_climate_risk_banks_en.pdf

²⁷ https://www.bnm.gov.my/documents/20124/761679/Climate+Change+and+Principle-based+Taxonomy_Discussion+Paper.pdf/459228e8-d4ac-e8f4-e8da-33cda15bb76f?t=1578628525516



País	Prática	Resumo
Reino Unido (2019)	<i>Bank of England - Supervisory Statement 3/19²⁸</i>	A declaração da supervisão descreve quatro expectativas relacionadas à gestão de risco para bancos (entre outras instituições) do Reino Unido: (i) alocar a responsabilidade de identificar e gerenciar os riscos financeiros das mudanças climáticas para as funções de gerenciamento apropriadas e mais seniores existentes; (ii) identificar, medir, monitorar, gerenciar e reportar sua exposição a esses riscos em suas políticas de gestão de risco, informações de gerenciamento e relatórios de risco destinados ao Conselho; (iii) executar análises de cenário para estimar o impacto financeiro dos riscos relacionados às mudanças climáticas em sua estratégia de negócios e em sua solvência e liquidez; (iv) divulgar como os riscos financeiros relacionados ao clima são integrados em seus processos de governança e gestão de risco.
União Europeia (2019)	<i>European Banking Authority (EBA) - Guidelines on non-financial reporting: Supplement on reporting climate-related information²⁹</i>	Os bancos devem avaliar quando considerar os riscos climáticos na divulgação do gerenciamento de riscos e testes de estresse. Além disso, devem considerar quaisquer riscos climáticos identificados nas atividades de empréstimo, investimento ou subscrição, e como a instituição financeira avalia e gerencia esses riscos. Ao divulgar métricas e metas, os bancos devem focar no Escopo 3 (especialmente, emissões financiadas) e também considerar a divulgação da quantidade ou porcentagem de ativos carbono-intensivos, da intensidade média de carbono na carteira e o volume de exposições por setor.
México (2020)	<i>Banco de México - Climate and environmental risks and opportunities in Mexico's financial system from diagnosis to action³⁰</i>	Sobre governança, o relatório recomenda o desenho de incentivos de gestão para incluir fatores financeiros relevantes relacionados ao clima e ao meio ambiente, tanto na gestão de riscos quanto nas atividades de desenvolvimento de negócios. No nível da estratégia, as instituições financeiras devem realizar testes de estresse climático e desenvolver metas específicas e relevantes para avaliar e administrar riscos e oportunidades ambientais relacionados ao clima. Deve ser estabelecido um cronograma para divulgar as práticas de gestão de risco sustentável para as partes interessadas relevantes.

²⁸ <https://www.bankofengland.co.uk/-/media/boe/files/prudential-regulation/supervisory-statement/2019/ss319.pdf?la=en&hash=7BA9824BAC5FB313F42C00889D4E3A6104881C44>

²⁹ https://ec.europa.eu/finance/docs/policy/190618-climate-related-information-reporting-guidelines_en.pdf

³⁰ https://unepinquiry.org/wp-content/uploads/2020/05/Climate_and_environmental_risks_and_opportunities_in_Mexicos_Financial_System.pdf



País	Prática	Resumo
Singapura (2020)	<i>Monetary Authority of Singapore (MAS) - Proposed Guidelines on Environmental Risk Management for Banks*</i> ³¹	Espera-se que o Conselho aprove uma estrutura e políticas de gestão de risco ambiental e garanta que o risco ambiental, quando relevante, seja tratado na estrutura de apetite pelo risco do banco. Recomenda-se que os bancos envolvam clientes com maior risco ambiental para melhorar seu perfil de risco e auxiliar na transição para práticas de negócios sustentáveis. Análise de cenário, teste de estresse e medição da intensidade de carbono de clientes em setores de alto risco são alguns exemplos de ferramentas e métricas que podem ser usadas para monitorar e avaliar sua exposição ao risco ambiental. A divulgação deve ser pelo menos anualmente e seguir a referência das estruturas de relatórios internacionais, como a TCFD. Um período de transição de 12 meses é proposto para os bancos avaliarem e implementarem as diretrizes.
União Europeia (2020)	<i>European Central Bank - Guide on climate-related and environmental risks</i> ³²	O guia destaca 13 expectativas, incluindo a atribuição dentro da estrutura organizacional de responsabilidade por riscos relacionados ao clima e riscos ambientais. Esses riscos também devem ser incorporados no apetite pelo risco, na estrutura de gestão de riscos existente, no processo de concessão de crédito (Gestão do risco de crédito) e o seu impacto na continuidade do negócio (Gestão do risco operacional). A análise de cenário e o teste de estresse devem ser feitos para avaliar os riscos materiais ambientais e relacionados ao clima, e seu impacto na liquidez da instituição (gestão de risco de liquidez). Devem ser divulgadas informações e métricas sobre os riscos materiais.
Nova Zelândia (2020)	<i>Minister for Climate Change James Shaw announcement: New Zealand first in the world to require climate risk reporting</i> ³³	A Nova Zelândia é o primeiro país a introduzir um regime obrigatório de divulgação financeira relacionada ao clima. As instituições financeiras cobertas pelos requisitos terão que fazer divulgações anuais, abrangendo estrutura de governança, gestão de riscos e estratégias para mitigar os impactos das mudanças climáticas. Se as empresas não puderem divulgar, devem explicar o porquê (comply-or-explain basis). A previsão é de que tal requisito comece a valer em 2023.

* Em fase de aprovação pelas autoridades do país.

** Documento estava em consulta pública até agosto/2020

Fonte: elaboração própria

³¹ <https://www.mas.gov.sg/publications/consultations/2020/consultation-paper-on-proposed-guidelines-on-environmental-risk-management-for-banks>

³² <https://www.bankingsupervision.europa.eu/ecb/pub/pdf/ssm.202011finalguideonclimate-relatedandenvironmentalrisks~58213f6564.en.pdf?86a1d9d72ccd52cbb3d72f2a12d7c743>

³³ <https://www.beehive.govt.nz/release/new-zealand-first-world-require-climate-risk-reporting>



Acesse outros materiais relacionados ao projeto TCFD no portal da FEBRABAN³⁴

Publicações relacionadas

Guia da Taxonomia Verde da FEBRABAN (2021)
e
Taxonomia Verde da FEBRABAN (2021)

Guia sobre mensuração de emissões de GEE no setor bancário (2021)

Guia de ferramentas abertas e restritas – Atualização (2021)
e
Guia de ferramentas abertas e restritas (2020)

Acompanhamento da implementação do Roadmap TCFD/FSB pelo
setor bancário brasileiro - Referente ao progresso em 2019 (2020)

Régua de Sensibilidade ao Risco Climático (2019)
e
Guia para aplicação da Régua de Sensibilidade ao Risco Climático - TCFD (2019)

Roadmap para Implementação da TCFD-FSB (2019)

³⁴ Estudos disponíveis em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3085/43/pt-br/estudos-sustentabilidade-2019> e <https://portal.febraban.org.br/pagina/3292/1103/pt-br/consulta-publica>



Anexo 1 – Roadmap recomendado aos bancos

Plano de ação recomendado aos bancos, lançado em 2019

(Nota: As datas de implementação para estas ações ficaram a critério dos bancos, considerando suas particularidades.)



⁽¹⁾ Após esta revisão inicial, espera-se que ela seja repetida periodicamente, acompanhando os avanços dos bancos.

⁽²⁾ Após esta incorporação inicial, espera-se que ela seja ampliada, de acordo com os avanços dos bancos.



Anexo 2 – Recomendações e divulgações recomendadas

A Figura a seguir apresenta as Recomendações e Divulgações Recomendadas pela TCFD

Figura 3: Divulgações recomendadas pela TCFD

Governança	Estratégia	Gestão de riscos	Métricas e metas
<p>Divulgar a governança da companhia sobre riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.</p>	<p>Divulgar os impactos reais e potenciais riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sobre os negócios, a estratégia e o planejamento financeiro da organização, sempre que tais informações forem relevantes.</p>	<p>Divulgar como a organização identifica, avalia e gerencia os riscos relacionados às mudanças climáticas.</p>	<p>Divulgar as métricas e as metas utilizadas para avaliar e gerir riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sempre que tais informações forem relevantes.</p>
<p>Divulgações recomendadas</p>	<p>Divulgações recomendadas</p>	<p>Divulgações recomendadas</p>	<p>Divulgações recomendadas</p>
<p>a) Descreva como o Conselho supervisiona os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas</p>	<p>a) Descreva os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas que a organização identificou no curto, médio e longo prazos.</p>	<p>a) Descreva os processos utilizados pela organização para identificar e avaliar os riscos relacionados às mudanças climáticas.</p>	<p>a) Informe as métricas utilizadas pela organização para avaliar os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas de acordo com sua estratégia e seu processo de gestão de riscos.</p>
<p>b) Descreva o papel do Conselho na avaliação e gestão de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.</p>	<p>b) Descreva os impactos dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sobre os negócios, a estratégia e o planejamento financeiro da organização.</p>	<p>b) Descreva os processos utilizados pela organização para gerenciar os riscos relacionados às mudanças climáticas.</p>	<p>b) Informe as emissões de gases de efeito estufa de Escopo 1, Escopo 2 e, se for o caso, Escopo 3, e os riscos relacionados a elas.</p>
	<p>c) Descreva a resiliência da estratégia da organização, considerando diferentes cenários de mudanças climáticas, incluindo um cenário de 2°C ou menos.</p>	<p>c) Descreva como os processos utilizados pela organização para identificar, avaliar e gerenciar os riscos relacionados às mudanças climáticas são integrados à gestão geral de riscos da organização.</p>	<p>c) Descreva as metas utilizadas pela organização para gerenciar os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, e o desempenho com relação às metas.</p>

